Nota curricular

António José Ruas Mira dos Santos.
Licenciatura em Engenharia Electrotécnica.
Carreira profissional:

Director regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo, em comissão de serviço desde 1 de Dezembro de 2004;

Director de serviços de Comércio e Serviços, nomeado por despacho do director regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo, Janeiro a Dezembro 2004;

Director de serviços de Dinamização Empresarial, nomeado em comissão de serviço, por despacho do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia, e coordenador do sector do comércio da DRELVT, de acordo com despacho do director regional, 1999-2004;

Técnico superior da DRELVT, em regime de destacamento, nas áreas de informação e informática, 1990-1991;

Técnico superior do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento, exercendo funções na Divisão de Informação, 1987-1989;

Técnico superior do Serviço de Promoção ao Investimento e Análise de Projectos do IAPMEI, integrando equipa pluridisciplinar de análise e acompanhamento de projectos, 1983-1987.

Experiência profissional específica:

Responsável pela coordenação das actividades dos serviços da DRELVT em matéria de licenciamento, fiscalização e controlo metroológico no âmbito da actividade industrial, da actividade de pesquisa e exploração das massas minerais, do comércio e dos serviços, do turismo e energia;

Responsável pela gestão da estrutura de apoio técnico ao Programa Operacional Regional quer na vertente dos recursos humanos, quer dos recursos financeiros;

Representante, nomeado da DRELVT, nas comissões técnicas de acompanhamento, para o ordenamento do território, visando a elaboração de legislação e regulamento dos respectivos PDM dos concelhos da área de actuação desta Direcção Regional;

Coordenador da equipa técnica responsável sobre o ordenamento do território na DRELVT;

Responsável pela elaboração de pareceres sobre diversos diplomas;

Coordenador dos serviços do comércio da DRELVT;

Responsável pela implementação de acordos de cooperação e parcerias na área da informação, nomeadamente na esfera do POE, com as associações empresariais regionais (NERSANT, AIRO, AERLIS e AERSET).

Secretaria-Geral**Aviso n.º 9651/2007**

Por despacho de 23 de Abril de 2007 do director do Gabinete de Estratégia e Estudos, é nomeada, precedendo concurso, técnica profissional especialista principal da carreira de técnico-profissional do quadro de pessoal do Gabinete de Estudos e Planeamento do ex-Ministério da Indústria e Energia a técnica profissional especialista do mesmo quadro de pessoal Ana Maria do Carmo Guerreiro Marques Lopes, ficando posicionada no escalão 5, índice 360, considerando-se exonerada do lugar anterior com efeitos a partir da data do despacho, após aceitação da nova categoria. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Abril de 2007. — O Secretário-Geral, *Mário Silva*.

Declaração n.º 105/2007

Por ter havido repetição de publicação anula-se o aviso n.º 6340/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 68, de 5 de Abril de 2007, a p. 8922.

20 de Abril de 2007. — O Secretário-Geral, *Mário Silva*.

Declaração n.º 106/2007

Por ter havido repetição de publicação anulam-se os avisos n.ºs 6341/2007 e 6342/2007, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 68, de 5 de Abril de 2007, a p. 8922.

20 de Abril de 2007. — O Secretário-Geral, *Mário Silva*.

Declaração n.º 107/2007

Por ter havido repetição de publicação anula-se o aviso n.º 6340/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 68, de 5 de Abril de 2007, a p. 8922.

20 de Abril de 2007. — O Secretário-Geral, *Mário Silva*.

Declaração n.º 108/2007

Por ter havido repetição de publicação anula-se o aviso n.º 6338/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 68, de 5 de Abril de 2007, a pp. 8920 e 8921.

20 de Abril de 2007. — O Secretário-Geral, *Mário Silva*.

Louvor n.º 250/2007

Tendo cessado funções, por motivo de aposentação, a chefe de secção Laurentina Ferreira da Silva é justo prestar-lhe público louvor pelo zelo, competência, capacidade de trabalho e extrema dedicação com que exerceu as funções que lhe foram atribuídas.

Com efeito, a chefe de secção Laurentina Ferreira da Silva, ao longo de mais de 33 anos de dedicação à causa pública, sempre demonstrou um sentido inequívoco de profissionalismo que, aliado à sua competência e às relações humanas que soube manter, são bem merecedoras de público elogio, permanecendo um sentimento comum de elevada consideração e estima.

30 de Abril de 2007. — O Secretário-Geral, *Mário Silva*.

Direcção-Geral do Turismo**Aviso n.º 9652/2007**

Por despacho do Secretário de Estado do Turismo de 7 de Maio de 2007, foi confirmada a utilidade turística, a título prévio, ao Meliá Ria Hotel & Spa, de 4 estrelas, que Hotti Aveiro — Hotéis, S. A., pretende levar a efeito no Cais da Fonte Nova, lote 5, em Aveiro.

A referida utilidade turística será concedida nos termos dos artigos 2.º, n.ºs 1 e 2, 3.º, n.º 1, alínea *a*) (com a redacção dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 38/94, de 8 de Fevereiro), 5.º, n.º 1, alínea *a*), 7.º, n.ºs 1 e 3, e 11.º, n.º 1, todos do Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de Dezembro, e nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 38/94, de 2 de Fevereiro, valendo pelo prazo de sete anos contado a partir da data da emissão da licença de utilização turística pela Câmara Municipal de Aveiro em 29 de Dezembro de 2005, ficando nos termos do disposto no artigo 8.º do citado diploma sujeita ao cumprimento dos seguintes condicionamentos:

a) O empreendimento deverá manter as exigências legais para a classificação definitiva atribuída: hotel de 4 estrelas;

b) A empresa não poderá realizar sem prévia autorização da Direcção-Geral do Turismo e conhecimento da Comissão de Utilidade Turística quaisquer obras que impliquem alteração do empreendimento.

De acordo com o n.º 4 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de Dezembro (com a redacção introduzida pelo artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 38/94, de 8 de Fevereiro), conjugado com o artigo 22.º daquele diploma, a Comissão é de parecer que a empresa proprietária e exploradora do empreendimento fique isenta, relativamente à propriedade e exploração do mesmo, das taxas devidas ao Governo Civil e à Inspeção-Geral das Actividades Culturais por um prazo correspondente ao legalmente estabelecido para efeitos de isenção de imposto municipal sobre imóveis (IMI) — sete anos —, nos termos do disposto no artigo 43.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 198/2001, de 3 de Julho, conjugado com o n.º 6 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, a contar da data de abertura do empreendimento ao público, isto é, de 29 de Dezembro de 2005 a 29 de Dezembro de 2012.

14 de Maio de 2007. — Pela Comissão de Utilidade Turística, a Subdirectora-Geral do Turismo, *Teresa Monteiro*.

2611015526

**MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES****Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes****Louvor n.º 251/2007**

No final da presidência no Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes, louvo Maria Irene Lopes da Cunha Vieira por ter sempre revelado excepcional zelo, grande dedicação, elevada competência profissional, capacidade de trabalho e permanente dispo-